

cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

30 de Maio de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 6205/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Maio de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Benvida Santos Lima, natural de São Pedro Apóstolo, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 7 de Outubro de 1969, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

30 de Maio de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 6206/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Maio de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Manuel António Sumbula, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 15 de Maio de 1971, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

30 de Maio de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 6207/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Maio de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria da Ressurreição Jorge Miranda, natural de Santiago Maior, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 20 de Janeiro de 1981, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

30 de Maio de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 6208/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Maio de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Dulce Helena Borges Moreira da Graça, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 29 de Outubro de 1975, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

30 de Maio de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 6209/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Maio de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Alberto Gomes de Pina, natural de São Lourenço, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 10 de Fevereiro de 1954, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

30 de Maio de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 6210/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Maio de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Afonso Furtado Cabral, natural de São Lourenço, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido a 30 de Outubro de 1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

30 de Maio de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 6211/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Maio de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Carlos Alberto de Barros Moreira, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 28 de Março de 1965, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

30 de Maio de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 6212/2005 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Maio de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria do Livramento Moreira, natural de São João Baptista, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 20 de Maio de 1959, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

30 de Maio de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Rectificação n.º 1082/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 13 188/2003 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 284, de 10 de Dezembro de 2003), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «nascido em 1967» deve ler-se «nascido em 1 de Janeiro de 1967».

31 de Maio de 2005. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Rectificação n.º 1083/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 3385/2005 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 64, de 1 de Abril de 2005), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que onde se lê «Atanásio Pedro do Nascimento Francisco» deve ler-se «Atanásio Pedro do Nascimento Francisco».

4 de Junho de 2005. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Departamento Geral de Administração

Despacho (extracto) n.º 13 971/2005 (2.ª série):

João Maria Rebelo de Andrade Cabral, conselheiro de embaixada do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, colocado na Embaixada de Portugal em Berlim — despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas de 16 de Fevereiro de 2005, exonerando-o das referidas funções e nomeando-o cónsul-geral de Portugal em Xangai. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Junho de 2005. — O Director, *Renato Pinho Marques*.

Despacho (extracto) n.º 13 972/2005 (2.ª série):

Maria Clara Guerra Borja Araújo de Freitas Ramos, conselheira de embaixada do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros (pessoal diplomático) — despacho ministerial de 1 de Junho de 2005 colocando-a na Delegação Permanente de Portugal Junto da Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Junho de 2005. — O Director, *Renato Marques*.

Despacho (extracto) n.º 13 973/2005 (2.ª série):

Paulo João Lopes Rêgo Vizeu Pinheiro, conselheiro de embaixada do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros (pessoal diplomático) — despacho ministerial de 1 de Junho de 2005 nomeando-o adjunto do representante da Delegação junto da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE). (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Junho de 2005. — O Director, *Renato Marques*.